



**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**288<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional de  
Assistência Social – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 19 e 20 de agosto de 2020**

**(Realizada por Videoconferência)**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
**Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Ata 288ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS**

**Local:** Ambiente Virtual CNAS

**Data:** 19 e 20/08/2020

1 De dezenove aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e vinte realizou-se 288ª Reunião Ordinária  
2 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Coordenação do Conselheiro Miguel  
3 Ângelo Gomes Oliveira, Presidente do CNAS e Representante do Ministério da Cidadania.  
4 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular  
5 Miguel Ângelo Gomes Oliveira, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente  
6 Marcos Maia Antunes, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular Danyel Iório  
7 de Lima, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Karoline Aires Ferreira  
8 Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Tânia Mara Garib,  
9 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheiro Titular André Rodrigues Veras,  
10 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Natália Cerqueira de Sousa,  
11 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Suplente Thaís Serra de Vasconcellos,  
12 Representante do Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Vitória Batista Silva, Representante  
13 do Ministério da Cidadania; Conselheiro Suplente Leonardo Milhomem Rezende, Representante do  
14 Ministério da Cidadania; Conselheira Titular Solange Teixeira, Representante do Ministério da  
15 Cidadania; Conselheiro Suplente Márcio Fernandes Maurício, Representante do Ministério da  
16 Cidadania; Conselheira Titular Célia Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional  
17 de Secretários (as) de Estado da Assistência Social – FONSEAS; Conselheira Suplente Aline  
18 Araújo Silva, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social  
19 – FONSEAS; Conselheira Titular Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado  
20 Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS; Conselheiro Suplente  
21 Josenildo André Barboza, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de  
22 Assistência Social – CONGEMAS; Conselheira Titular Aldenora Gomes González, Vice-Presidente  
23 do CNAS e Representante do Instituto EcoVida; Conselheiro Titular Clovis Alberto Pereira,  
24 Representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Conselheira Suplente  
25 Valneide Nascimento dos Santos, Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO;  
26 Conselheira Suplente Telma Maria Viga de Albuquerque, Representante da ABRA - Associação

27 Brasileira de Autismo; Conselheira Titular Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria,  
28 Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Conselheiro Titular Marco Antonio da  
29 Silva Cruzeiro, Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS;  
30 Conselheira Titular Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos (as)  
31 Trabalhadores (as) no Serviço Público Municipal - CONFETAM-CUT; Conselheira Suplente  
32 Larissa de Melo Farias, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Conselheira  
33 Suplente Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI;  
34 Conselheiro Suplente Agostinho Soares Belo, Representante da Central dos Trabalhadores e  
35 Trabalhadoras do Brasil – CTB; Conselheira Titular Rozangela Borota Teixeira, Representante da  
36 Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA;  
37 Conselheira Titular Sílvia Regina Santos, Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheiro  
38 Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco – ISJB; Conselheira Suplente  
39 Andrea Perotti Harrop, Representante da Cáritas Brasileira; Conselheira Suplente Edna Aparecida  
40 Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI.  
41 **ABERTURA 19/08/2020:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira iniciou a 288ª Reunião  
42 Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e solicitou que a Secretária-Executiva do CNAS  
43 realizasse a verificação do quórum. Verificado o quórum, a Sra. Maria das Mercês Avelino de  
44 Carvalho Filgueiras, Secretária-Executiva do CNAS, realizou a leitura da pauta, que está composta  
45 pelos seguintes itens: Dia 19/08/2020: 9h30 às 10h00 - Aprovação das atas da 286ª e 287ª Reunião  
46 Ordinária do CNAS e da pauta da 288ª Reunião Ordinária do CNAS; 10h00 às 11h00 - Informes da  
47 Presidência/Secretaria-Executiva, MC, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 11h00 às  
48 12h30 - Apresentação do Relatório do Programa Primeira Infância no SUAS em conformidade com  
49 a Resolução CNAS nº 19/2016; 14h00 às 15h30 - Intersetorialidade do SUS e SUAS no  
50 enfrentamento à situação de emergência e estado de calamidade pública; 15h30 às 16h30 -  
51 Monitoramento das ações de enfrentamento à COVID-19; 16h30 às 18h00 - Encaminhamentos  
52 sobre a Recomposição do Orçamento 2020 da Assistência Social. Dia 20/08/2020: 9h30 às 10h30 -  
53 Relato da Mesa Diretora; 10h30 às 11h30: Relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de  
54 Benefícios e Transferência de Renda; 11h30 às 12h30 - Relato da Reunião da Comissão de Política  
55 da Assistência Social; 14h00 às 15h30 - Relato da Reunião Conjunta da Comissão de  
56 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social e da Reunião da Comissão de  
57 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; Relato da Reunião da Comissão de

58 Financiamento e Orçamento da Assistência Social; 15h30 às 16h30 - Relato da Reunião da  
59 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social; 16h30 às 17h30 - Relato da  
60 Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social. Com problemas de conexão, o Presidente  
61 Miguel Ângelo Gomes Oliveira solicitou que a Vice-Presidente do CNAS continuasse a condução  
62 da reunião nesse momento. A Conselheira Aldenora Gomes González, Vice-Presidente do CNAS e  
63 Representante do Instituto EcoVida, colocou a pauta em apreciação e não havendo nenhum  
64 comentário, foi aprovada por unanimidade. Seguindo para a aprovação das atas da 286ª e 287ª  
65 Reunião Ordinária do CNAS, o Conselheiro Clovis Alberto Pereira, Representante da Organização  
66 Nacional de Cegos do Brasil – ONCB, justificou que votará contrário a ata da 287ª Reunião  
67 Ordinária do CNAS por se tratar de uma reunião que descumpriu alguns itens do Regimento Interno  
68 do Conselho, entre eles, os artigos 10 e 22. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González deixou  
69 claro que o conselheiro não está votando contrário ao trabalho realizado pela empresa e a  
70 Conselheira Solange Teixeira, Representante do Ministério da Cidadania, entendeu que a ata deve  
71 reproduzir os acontecimentos das reuniões e questionou qual foi a questão que não constou  
72 devidamente na ata para declaração de voto contrário. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira alegou  
73 que estava presente na reunião e foi substituído por sua representante suplente no momento das  
74 votações e a Vice-Presidente Aldenora Gomes González afirmou que acompanhará o voto do  
75 Conselheiro. Não havendo mais nenhum comentário, a ata da 286ª Reunião Ordinária do CNAS foi  
76 aprovada por unanimidade e a ata da 287ª Reunião Ordinária foi aprovada com dois votos  
77 contrários (Clovis Alberto Pereira e Aldenora Gomes González). Antes de seguir para o próximo  
78 item de pauta, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González prestou a sua homenagem a população  
79 em situação de rua pelo Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua e pelos 19 anos do  
80 chacina na Praça da Sé na cidade de São Paulo. Prosseguindo para os informes da Secretaria-  
81 Executiva/Presidência, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras apresentou os  
82 seguintes informes: 1. Ausências Justificadas: Conselheiro Danyel Iório de Lima, no dia 20 de  
83 agosto de 2020, no período da manhã, por motivos de compromissos institucionais; Conselheiro  
84 Adeildo Nogueira da Silva conforme informação sobre o seu desligamento do Ministério da  
85 Cidadania. 2. Convocações/Participações: o Conselheiro Carlos Nambu – Câmara Técnica de  
86 Articulação e Monitoramento do Orçamento da Assistência Social, no dia 22 de julho de 2020 de  
87 forma virtual e do 47º Encontro do Fórum Nacional de Conselhos Estaduais e do Distrito Federal –  
88 FONACEAS, no dia 6 de agosto de 2020 de forma virtual; o Conselheiro Marco Antonio da Silva

89 Cruzeiro – 5ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS – CIT, no dia 12 de  
90 agosto de 2020 de forma virtual; os conselheiros/as foram convocados para participar da 2ª Reunião  
91 Extraordinária do CNAS, no dia 14 de agosto de 2020 de forma virtual; a Vice-Presidente Aldenora  
92 Gomes González – Diálogos do ECA 30 anos, no período de 1º a 31 de julho de 2020 de forma  
93 virtual; os conselheiros/as integrantes do Grupo de Trabalho Povos Indígenas do CNAS foram  
94 convocados para reunião, no dia 18 de agosto de 2020, de forma virtual; os conselheiros/as foram  
95 convocados para a 288ª Reunião Ordinária do CNAS no período de 17 a 20 de agosto de 2020, de  
96 forma virtual. 3. *E-mails* enviados aos conselheiros do CNAS: informes da 287ª Reunião Ordinária  
97 virtual do CNAS – 15/07; Publicações importantes sobre o CNAS – 15/07; Ata e Degravação da  
98 286ª Reunião Ordinária do CNAS; Ata e Degravação da 287ª Reunião Ordinária do CNAS;  
99 documentos relacionados à Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda  
100 – CABTR; cópia da Resolução CNAS nº 32/2019, que institui GT para o Aprimoramento do  
101 Programa Primeira Infância no SUAS, das duas memórias de reuniões realizadas no período a partir  
102 de sua instituições, bem como o Relatório Parcial Sucinto “Pós-Plenária”, apresentado em  
103 maio/2020; memória da reunião do GT Povos Indígenas; Pauta da 2ª Reunião Extraordinária do  
104 CNAS, dia 14 de agosto de 2020; Pauta da 288ª Reunião Ordinária do CNAS; apresentação da  
105 SPOG-MC e planilha dos cortes orçamentários atualizadas. 4. Resoluções, Decretos, Leis e  
106 Portarias publicadas no DOU: Portaria nº 442, de 16 de julho de 2020; Portaria nº 443, de 17 de  
107 julho de 2020; Resolução CNAS nº 10, de 20 de julho de 2020; Portaria nº 444, de 22 de julho de  
108 2020; Resolução CNAS nº 11, de 23 de julho de 2020; Resolução CNAS nº 12, de 27 de julho de  
109 2020; Resolução CNAS nº 13, de 27 de julho de 2020; Portaria nº 106, de 30 de julho de 2020;  
110 Portaria nº 453, de 31 de julho de 2020; Lei nº 14.032, de 4 de agosto de 2020; Portaria nº 14, de 5  
111 de agosto de 2020; Resolução CIT nº 2, de 6 de agosto de 2020; Resolução CIT nº 3, de 6 de agosto  
112 de 2020; Portaria nº 467, de 13 de agosto de 2020; Portaria nº 468, de 13 de agosto de 2020. Outros:  
113 O CNAS encaminhou ofício ao FONSEAS parabenizando a nova diretoria do Fórum, eleita no dia  
114 11 de agosto, desejando sucesso a toda mesa diretora da Gestão 2020 a 2021; o FONACEAS  
115 encaminhou ofício agradecendo a participação do CNAS no 47º Encontro realizado no dia 6 de  
116 agosto de 2020, na apresentação e debate do painel: Acompanhamento dos Recursos Destinados a  
117 Assistência Social no período de pandemia, através de videoconferência. 5. CNAS Informa: CNAS  
118 aprova Proposta Orçamentária da Assistência Social para 2021 – 07/08/2020; Orçamento da  
119 Assistência Social e a COVID-19 são alguns dos temas a serem debatidos pelo CNAS –

120 17/08/2020. 6. Aniversariantes do mês de agosto: dia 13/08 – Conselheira Karoline Aires. O  
121 Conselheiro Carlos Nambu, Representante da Inspetoria São João Bosco – ISJB, informou que a  
122 reunião da Técnica de Articulação e Monitoramento do Orçamento da Assistência Social do dia 22  
123 de julho foi cancelada e será realizada no dia 25 de agosto. Passando para os informes do Ministério  
124 da Cidadania, a Sra. Mariana de Souza Machado Neris, Secretária Nacional de Assistência Social,  
125 notificou que a Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS através do Fundo Nacional de  
126 Assistência Social – FNAS já iniciou os pagamentos relativos à terceira parcela do cofinanciamento  
127 extraordinário federal autorizado através da Medida Provisória nº 953/2020 e que foi autorizado o  
128 repasse de R\$500 milhões do cofinanciamento ordinário federal para os municípios. Destacou que  
129 esses informes decorrem de um processo de amadurecimento nas discussões realizadas no governo  
130 federal a cerca da importância da manutenção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e  
131 das ofertas essenciais à população, solicitando que o CNAS reforce, junto aos entes federados, a  
132 importância do não fechamento das unidades e da estruturação das ofertas. Acrescentou que está  
133 sendo trabalhado, com o FNAS, um documento de perguntas e respostas relacionado ao uso dos  
134 recursos. A Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos, Representante do Colegiado Nacional  
135 de Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS, observou que a Proteção Social  
136 Especial está sendo amplamente demanda, entendendo que existe a necessidade de um maior  
137 incremento de recursos. Questionou quais são as estratégias necessárias para conseguir esse  
138 incremento a fim de manter esse serviço. O Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro,  
139 Representante da Federação Nacional dos Assistentes Sociais – FENAS, externou a sua  
140 preocupação com relação ao funcionamento dos equipamentos, uma vez que possuem informações  
141 de que ainda não estão adequados para atender os usuários com segurança. Alegou que está bastante  
142 inseguro com a Lei nº 14.029/2020 e questionou quais são os esforços que estão sendo realizados  
143 para que os recursos extraordinários da Lei Complementar nº 173 sejam divididos efetivamente  
144 entre a assistência social e a saúde. A Conselheira Edna Aparecida Alegro, Representante da  
145 Federação Nacional das Associações Pestalozzi – FENAPESTALOZZI, parabenizou a Secretária  
146 Nacional pelo empenho realizado, porém, observou que a rede privada não está tendo as suas  
147 necessidades atendidas e compreendeu que o recurso extraordinário deveria ser destinado  
148 especificamente para a Proteção Social Especial. O Conselheiro Danyel Iório de Lima,  
149 Representante do Ministério da Cidadania, esclareceu que os créditos extraordinários são um tipo de  
150 crédito adicional, que é adicionado ao orçamento existente. Arrazoou que a situação da pandemia

151 afeta todos os municípios, afirmando que nenhuma unidade do SUAS poderá funcionar sem  
152 implementar os cuidados mínimos. O Conselheiro Marcos Maia Antunes, Representante do  
153 Ministério da Cidadania, manifestou que não existem recursos em paralelo, explicando que eles são  
154 direcionados para adaptação e funcionamento regular da rede e não para o pagamento de dívidas  
155 anteriores. O Conselheiro Agostinho Soares Belo, Representante da Central dos Trabalhadores e  
156 Trabalhadoras do Brasil – CTB, relatou que a Comissão de Acompanhamento aos Conselhos tem  
157 debatido sobre a atual desarticulação das instâncias de controle social devido à pandemia,  
158 entendendo que é salutar o CNAS pensar como será feita a comunicação com os conselhos  
159 municipais e estaduais em relação à aplicação dos recursos. A Conselheira Karoline Aires Ferreira  
160 Vasconcelos, Representante do Ministério da Cidadania, esclareceu que, na última alteração na  
161 Portaria nº 378, foi inserido um parágrafo único para traduzir o que seria lote incremental e  
162 informou que não é possível fazer uma regulamentação para destinar os recursos extraordinários da  
163 Lei Complementar nº 173 para o SUAS, salientando que cabe ao CNAS promover articulações e  
164 interlocuções para que esses recursos sejam direcionados à Política de Assistência Social. A Sra.  
165 Mariana de Souza Machado Neris destacou que os desafios são muito complexos e colocou a sua  
166 equipe em disponibilidade para retirar todas as dúvidas em outro momento. Ponderou que é muito  
167 importante o papel do controle social e o envolvimento dos conselheiros nesse tema e elucidou que  
168 as diretrizes e as ações planejadas para o gasto do recurso extraordinário já estão disciplinadas em  
169 portarias, pontuando que boa parte das normativas mencionadas é de iniciativa do Congresso  
170 Nacional. Discorreu que foram repassadas oito parcelas para a Proteção Social Básica e sete  
171 parcelas para a Proteção Social Especial, afirmando que não há pretérito em relação às entidades  
172 que ofertam a Proteção Social Especial. Divulgou o *e-mail* para o envio de dúvidas, finalizando a  
173 sua explanação. Seguindo para os informes do FONSEAS, a Conselheira Célia Maria de Souza  
174 Melo Lima, Representante do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado da Assistência Social –  
175 FONSEAS, informou que o FONSEAS, na reunião de julho, discutiu sobre os pontos de defesa do  
176 SUAS e elaborou uma nota com oito pontos: revogação da Emenda Constitucional nº 95,  
177 recomposição do orçamento ordinário da assistência social dos anos de 2018 a 2020, instituição de  
178 renda básica universal a todos que necessitarem, manutenção do Benefício de Prestação Continuada  
179 – BPC, ampliação dos serviços socioassistenciais, reordenamento e continuidade do financiamento  
180 do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, cumprimento das normativas do SUAS e  
181 retorno mensal das reuniões da CIT. Discorreu que a nova diretoria do FONSEAS foi eleita na

182 reunião de agosto, destacando que foi eleito o Sr. Márcio Honaiser como presidente. Arrazoou que  
183 foi realizado um estudo sobre a Lei nº 14.029/2020 através da Câmara Técnica de Assessoria, sendo  
184 que entregaram uma proposta de regulamentação dessa lei à CIT. Iniciando os informes do  
185 CONGEMAS, a Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos relatou que o CONGEMAS está  
186 fazendo semanalmente a *live* “Diálogos com o CONGEMAS” e será realizado o ato “Mobiliza  
187 SUAS”, no dia 20 de agosto de 2020, às 17h00. Explanou que foi encaminhado um ofício à  
188 Presidência do CNAS para indicar um representante para participar do ato, realizando a sua leitura.  
189 Abrindo para os informes dos conselheiros, a Vice-Presidente Aldenora Gomes González justificou  
190 que não elaborou o relatório da sua participação no evento “Diálogos do ECA 30 anos” porque não  
191 conseguiu participar por problemas de conexão. O Conselheiro Carlos Nambu relatou que, no 47º  
192 Encontro do FONACEAS, foi realizado um debate sobre os recursos ordinários e extraordinários e  
193 sobre a Lei nº 14.029/2020. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima ponderou que a  
194 participação do Conselheiro Carlos Nambu contribuiu de fato para a qualificação do debate,  
195 agradecendo o CNAS pela indicação. Prosseguindo para a apresentação do Relatório do Programa  
196 Primeira Infância no SUAS em conformidade com a Resolução CNAS nº 19/2016, a Sra. Luciana  
197 Siquera Lira de Miranda, Secretária Nacional de Atenção à Primeira Infância – SNAPI-MC, expôs  
198 o quadro jurídico do desenvolvimento legal sobre a primeira infância, destacando que o Programa  
199 Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS é o maior programa voltado para o desenvolvimento  
200 infantil no mundo. Explanou sobre o objetivo e o público alvo do programa. A Sra. Ana Paula  
201 Gomes, Diretora Substituta do Departamento de Atenção à Primeira Infância – SNAPI-MC,  
202 continuou a apresentação destacando como principais pilares as visitas domiciliares e a integração  
203 das políticas municipais e como principal porta de entrada os Centros de Referência de Assistência  
204 Social – CRAS. Apresentou o status de adesão ao programa e a comparação entre as adesões e  
205 registro das visitas domiciliares e informou que 179 municípios iniciaram as visitas em 2020; 153  
206 municípios solicitaram ampliação do programa, totalizando mais de 21.050 mil novas crianças e  
207 gestantes a serem atendidas; e 155 novos municípios já aderiram até o momento, salientando que  
208 foram cobertos 1.039.562 beneficiários (852.416 crianças e 187.146 gestantes) e houve a atuação de  
209 25.877 profissionais (21.763 visitantes e 3.877 supervisores). Explanou sobre a evolução do  
210 quantitativo das visitas domiciliares; o aumento no repasse de recursos financeiros; e as pesquisas  
211 que estão sendo realizadas. A Sra. Luciana Siquera Lira de Miranda expôs os avanços e conquistas  
212 do programa, finalizando a apresentação. A Conselheira Valneide Nascimento dos Santos,

213 Representante do Instituto Nacional Afro Origem – INAO, parabenizou o Presidente do CNAS pela  
214 condução da reunião e justificou que terá que se ausentar da reunião no período da tarde. Não  
215 havendo manifestações, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira compreendeu que a  
216 apresentação contemplou todas as dúvidas e agradeceu pela disponibilidade. A Conselheira Vanda  
217 Anselmo Braga dos Santos deixou claro que o atendimento à primeira infância compete ao SUAS,  
218 destacando que foi deliberado o Programa Primeira Infância no SUAS nesse Colegiado. O  
219 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira informou que receberam o Alerta Conjunto de Frio  
220 Intenso e Queda de Temperaturas do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres –  
221 CENAD, em conjunto com os órgãos de monitoramento e previsão meteorológica, solicitando que  
222 fosse realizada a sua leitura. Feita a leitura do alerta, discorreu que foram informados pela SNAS  
223 que está sendo elaborado um documento conjunto com a Secretaria Nacional de Defesa Civil em  
224 articulação com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos – MMFDH e com a  
225 Defensoria Pública referente a esse assunto. Seguindo para a Intersetorialidade do SUS e SUAS no  
226 enfrentamento à situação de emergência e estado de calamidade pública, o Sr. Fernando Zasso  
227 Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde – CNS, explanou sobre o CNS e os aspectos  
228 legais, elencando o seu processo de trabalho na pandemia e os desdobramentos das ações realizadas.  
229 Com relação à intersectorialidade do SUS e SUAS no enfrentamento à situação de emergência e  
230 calamidade pública, postulou que a intersectorialidade sempre foi um desafio na implementação das  
231 políticas públicas no Brasil e pensando nisso, o CNS possui 18 comissões intersectoriais com  
232 representação de inúmeras áreas e frentes de atuação da sociedade e do estado, com o objetivo de  
233 unir esforços e pensar como fortalecer o cuidado da população. Destacou a carta aberta e as  
234 Recomendações nº 19, nº 31, nº 34, nº 37, nº 38, nº 40 e nº 44 elaboradas pelo CNS e explanou que  
235 puderam observar o aumento da pobreza, desemprego, violências, problemas com moradia,  
236 insegurança alimentar, desigualdades educacionais e etc. durante essa pandemia. Salientou que  
237 existe o entendimento sobre a importância da articulação entre as Políticas de Assistência Social e  
238 de Saúde, observando que possuem grandes desafios para implementar a intersectorialidade, porém,  
239 é necessário atender as demandas da sociedade no todo. Elencou as deliberações da 16ª Conferência  
240 Nacional de Saúde convergente com as deliberações da Conferência Nacional Democrática de  
241 Assistência Social e as pautas em comum nos dois Conselhos nesse momento, finalizando a sua  
242 explanação. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira explicou que a apresentação da SNAS  
243 está diretamente relacionada ao monitoramento das ações de enfrentamento à COVID-19, sugerindo

244 realizar a apresentação conjunta dos dois temas, o que foi aprovado. O Conselheiro Danyel Iório de  
245 Lima discorreu que a parceria entre o SUAS e o SUS é fundamental para a garantia de proteção à  
246 população em situação de vulnerabilidade e aos trabalhadores, especialmente durante o período de  
247 emergência em saúde pública, apresentando a exposição de motivos da Medida Provisória nº 953,  
248 que já prevê a necessidade de articulação entre os dois sistemas. Salientou a necessidade de  
249 articulação em nível local e expôs as principais normativas do Ministério da Cidadania e do  
250 Ministério da Saúde que trazem orientações quanto à articulação entre o SUAS e SUS durante a  
251 pandemia. Seguindo para o monitoramento das ações de enfrentamento à COVID-19, apresentou os  
252 valores dos recursos repassados pela Portaria nº 369/2020 de acordo com o porte do município; a  
253 distribuição desses recursos em alimentos, EPIs e ações socioassistenciais; os aceites realizados até  
254 dia 2 de julho; e o status de preenchimento do plano, salientando que existem 175 planos pendentes  
255 e 2.774 finalizados. Com relação à Portaria nº 378/2020, discorreu que foi incluído um parágrafo  
256 único explicando o que seria o desenvolvimento e implementação de ações e medidas e elencou os  
257 seus recursos previstos e repassados de acordo com cada região do país. Abrindo para  
258 manifestações, o Conselheiro Carlos Nambu parabenizou pelas apresentações e destacou a  
259 importância da intersectorialidade entre o SUAS e o SUS, especialmente, pós-pandemia. Solicitou  
260 que fosse explanado mais sobre a congruência das conferências de 2019 e sobre a petição pública  
261 relacionada ao orçamento da saúde. O Sr. Fernando Zasso Pigatto esclareceu que destacou alguns  
262 pontos da Conferência Nacional de Saúde e da Conferência Democrática de Assistência Social  
263 tendo em vista o entendimento que há necessidade de intensificar ainda mais a relação entre as duas  
264 áreas. Ilustrou que a publicação da petição pública foi feita por terem receio da manutenção do teto  
265 de gastos e da não manutenção dos recursos colocados nesse exercício em 2021. O Conselheiro  
266 Marco Antonio da Silva Cruzeiro questionou quais foram os parâmetros adotados para a ampliação  
267 do atendimento da rede de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade e se existe  
268 algum relatório das adaptações realizadas nos equipamentos para garantir a segurança dos usuários.  
269 O Conselheiro Danyel Iório de Lima explicou que a Portaria nº 369/2020 colocou como condição a  
270 aprovação de um plano de ação de utilização dos recursos aprovado pelos conselhos e que os  
271 recursos da Portaria nº 378/2020 são direcionados aos blocos e o monitoramento deve ser realizado  
272 pelo controle social municipal e estadual. O Conselheiro Marcos Maia Antunes complementou  
273 explicando detalhadamente os critérios das Portarias nº 378/2020 e nº 369/2020. A Conselheira  
274 Irene Rodrigues da Silva, Representante da Confederação dos (as) Trabalhadores (as) no Serviço

275 Público Municipal - CONFETAM-CUT, indagou como o CNS tem trabalhado nesse momento de  
276 pandemia e qual seria outra pauta que os dois Conselhos poderiam caminhar juntos. O Sr. Fernando  
277 Zasso Pigatto explanou que a última reunião extraordinária do CNS foi realizada no dia 10 de julho  
278 de 2020 e estão pensando como realizar as reuniões ordinárias, uma vez que estão adiando elas e  
279 afirmou que as comissões intersetoriais estão realizando encontros virtuais. Compreendeu que os  
280 assuntos que merecem dedicação dos dois Conselhos seria a atenção básica de saúde e a renda  
281 emergencial. A Conselheira Vânia Maria Machado, Representante da Federação Nacional dos  
282 Psicólogos – FENAPSI, sentiu falta da participação do CNAS na elaboração das portarias e  
283 questionou como está a interlocução do Ministério da Saúde com o CNS. O Sr. Fernando Zasso  
284 Pigatto arrazoou que sempre houve interlocução entre o Ministério da Saúde e o CNS até a saída do  
285 Ministro Luiz Henrique Mandetta e que não conseguiram definir nenhuma agenda com o Ministro  
286 Interino até o momento. A Conselheira Edna Aparecida Alegro indagou se existe alguma atividade  
287 relacionada à testagem de Coronavírus sendo desenvolvida para as pessoas idosas acolhidas e  
288 relatou que receberam informações de que o recurso da Portaria nº 369/2020 estão sendo utilizados  
289 para comprar testes PCR para as pessoas idosas das Instituições de Longa Permanência para Idosos  
290 – ILPIs. O Sr. Fernando Zasso Pigatto informou que foi aprovada uma recomendação referente às  
291 ILPIs e o Conselheiro Danyel Iório de Lima discorreu que não realizaram nenhuma recomendação  
292 sobre a utilização recursos para compra de testes PCR de COVID-19, entendendo que os gestores  
293 devem considerar a resolução do CNAS que limita os gastos da assistência social com gastos na  
294 área de saúde. Para finalizar, realizou um balanço de todo o processo de articulação entre o SUS e o  
295 SUAS, salientando que ainda existe a necessidade de realizar um grande trabalho para o  
296 acolhimento de pessoas idosas e para a população em situação de rua. O Presidente Miguel Ângelo  
297 Gomes Oliveira agradeceu pelos esclarecimentos e informou que estão aguardando a entrada do  
298 Deputado Danilo Cabral para seguir para o próximo ponto de pauta, sugerindo realizar a leitura da  
299 Nota Pública – Lei Complementar nº 173/2020 da CIT SUAS. Realizada a leitura pela Sra. Maria  
300 das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras, o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira  
301 compreendeu que o CNAS pode elaborar uma nota da Mesa Diretora para os secretários municipais  
302 e estaduais com o mesmo teor da nota apresentada e o Conselheiro Marco Antonio da Silva  
303 Cruzeiro propôs que a nota seja encaminhada também para os conselhos municipais e estaduais. O  
304 Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira postulou que a nota será disponibilizada no grupo de  
305 *WhatsApp* dos conselheiros e colocou a proposta em regime de votação, a qual foi aprovada por

306 unanimidade. Prosseguindo para encaminhamentos sobre a Recomposição do Orçamento 2020 da  
307 Assistência Social, o Deputado Danilo Cabral agradeceu o convite e compreendeu que a principal  
308 preocupação de todos está relacionada à reafirmação da Política de Assistência Social. Valorizou o  
309 papel do CNAS e salientou que os impactos trazidos pela pandemia chama atenção para as políticas  
310 públicas, especialmente, para a assistência social. Informou que a PEC 383 teve a sua tramitação  
311 autorizada pelo Presidente da Câmara, porém, ainda não conseguiram avançar no seu debate diante  
312 o momento vivido. Externou a sua preocupação com o futuro e discorreu que já está circulando  
313 informações sobre os tetos orçamentários para 2021, sendo que está sendo vinculado pela imprensa  
314 que o Ministério da Cidadania sairia de um orçamento de R\$ 87 bilhões para R\$ 35 bilhões, um  
315 corte de quase 60% em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA de 2020. Entendeu  
316 que é necessário fazer uma reflexão e encontrar uma solução junto ao Congresso Nacional. Abrindo  
317 para manifestações, o Conselheiro Carlos Nambu explanou que o CNAS aprovou os parâmetros da  
318 PLOA de 2020, observando que existe a necessidade de recomposição de R\$ 1.027.253.833,00 e de  
319 R\$ 503.218.970,00. Com relação ao exercício de 2021, discorreu que já foi aprovada a PLOA de  
320 2021 e entendeu que o pleno poderia elaborar uma manifestação para todos os deputados e  
321 senadores em relação ao teto que está sendo vinculado. O Conselheiro Josenildo André Barboza,  
322 Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social –  
323 CONGEMAS, agradeceu pelo empenho do Deputado Danilo Cabral e observou que a situação da  
324 população brasileira que necessitam da proteção social está ficando cada dia pior. Salientou que  
325 esse orçamento para 2021 trará uma disputa acirrada entre as áreas do Ministério e lamentou que o  
326 teto fosse tão baixo e que estejam expondo a população que mais precisa da proteção social no país.  
327 O Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro compreendeu que o sistema de proteção social será  
328 extinto se não houve a recomposição do orçamento para manter os serviços de assistência social. O  
329 Deputado Danilo Cabral entendeu que haverá uma disputa pelo orçamento e deverá ser feita uma  
330 forte mobilização para defender a pauta da assistência social e informou que foi apresentado um  
331 projeto para tornar a Portaria nº 2.362 sem efeito. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira  
332 agradeceu pela explanação e destacou que desde 2012 já havia uma situação de desfinanciamento  
333 da Política de Assistência Social. Compreendeu que o CNAS está pronto para trabalhar e buscar a  
334 recomposição do orçamento. Passando a palavra para o Sr. Adailton Leite, Assessor do Gabinete da  
335 SNAS, compreendeu que o valor de R\$35 bilhões do PLOA 2021 deve está contemplando o  
336 Programa Bolsa Família – PBF e as despesas discricionárias e retirando os recursos do Benefício de

337 Prestação Continuada – BPC. A Sra. Eli Maria Marques de Lara, Assessora da Secretaria de  
338 Planejamento, Orçamento e Governança – SPOG/MC, explicou que o valor de R\$88,7 bilhões do  
339 orçamento de 2020 contemplava os valores do BPC, PBF e as despesas discricionárias, ponderando  
340 que os R\$32,7 bilhões de limite recebido pelo Ministério da Cidadania é composto por R\$30  
341 bilhões do PBF e R\$2,4 bilhões para as despesas discricionárias, observando que o limite está muito  
342 aquém do necessário. Apresentou a execução das ações do orçamento de 2020 e quadro com o  
343 orçamento impositivo de emendas de bancadas e individuais com os valores autorizados,  
344 empenhados e bloqueados e saldo disponível. Elencou as ações para último trimestre de 2020,  
345 destacando a necessidade de contar com o apoio das comissões de orçamento do Congresso  
346 Nacional. O Conselheiro Carlos Nambu observou que é necessário resolver três problemas: reforma  
347 tributária, recomposição do orçamento de 2020 e PLOA 2021, entendendo que seria interessante  
348 elaborar uma nota em defesa da PLOA 2021 aprovada pelo CNAS. O Conselheiro Marco Antonio  
349 da Silva Cruzeiro concordou com a explanação anterior e inferiu que é salutar buscar uma  
350 articulação em defesa do SUAS através de todas as alternativas possíveis. Externadas todas as  
351 opiniões e manifestações, os conselheiros aprovaram a elaboração de uma nota em defesa da  
352 manutenção do orçamento de 2020 pela Comissão de Financiamento e Orçamento para envio à  
353 Frente Parlamentar em Defesa do SUAS, ao Ministro da Cidadania e aos parlamentares mostrando  
354 os impactos caso não seja mantido. Aprovou também a elaboração de uma nota em defesa do  
355 orçamento de 2021 pela Comissão de Financiamento e Orçamento para apreciação na próxima  
356 reunião do CNAS. **ENCERRAMENTO 19/08/2020:** Finalizadas as discussões, o Presidente  
357 Miguel Ângelo Gomes Oliveira agradeceu a presença de todos e encerrou o primeiro dia da 288ª  
358 Reunião Ordinária do CNAS. **ABERTURA 20/08/2020:** O Presidente Miguel Ângelo Gomes  
359 Oliveira iniciou o segundo dia da 288ª Reunião Ordinária do CNAS cumprimentando a todos e  
360 solicitou que a Secretária-Executiva do CNAS realizasse a verificação do quórum. Verificado o  
361 quórum, apresentou a pauta definida para esse dia e sugeriu incluir o relato dos órgãos da SNAS,  
362 Secretaria Nacional da Defesa Civil, o Ministério da Saúde e outros sobre as ações envolvendo o  
363 alerta de frio intenso e queda de temperaturas a partir das 17h30. O Conselheiro Marco Antonio da  
364 Silva Cruzeiro também sugeriu incluir na pauta a elaboração de uma manifestação de apoio à nota  
365 elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA devido à  
366 quebra de sigilo de uma criança vítima de violência sexual desde os seis anos, causando a  
367 revitimização. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira externou a sua preocupação com a

368 extensão da reunião com a inclusão da elaboração dessa manifestação e a Conselheira Valneide  
369 Nascimento dos Santos entendeu que a proposta colocada pelo conselheiro é de suma importância,  
370 afirmando que gostaria que fosse incluída na pauta. O Conselheiro Marco Antonio da Silva  
371 Cruzeiro esclareceu que realizou essa sugestão para não perderem a temporalidade correta,  
372 propondo que seja elaborado um texto rápido com a nota do CONANDA em anexo. A Sra. Maria  
373 das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras informou que o Conselheiro Aguinaldo Umberto Leal  
374 justificou a sua ausência em virtude de não ter *internet* disponível e postulou que gostaria de  
375 realizar um comunicado sobre a questão da disponibilidade de *internet* quando for possível.  
376 Realizadas as inserções na pauta com aprovação dos conselheiros, passou ao relato da Mesa  
377 Diretora. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueira apresentou o relato da Reunião  
378 Extraordinária Virtual da Mesa Diretora do CNAS realizada no dia 23 de julho de 2020 elencando  
379 os participantes e membros da Secretaria-Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os  
380 seguintes itens de pauta: Item 1. Ofício DIR/0932-20 do Conselho Regional de Psicologia – CRP do  
381 Paraná. Encaminhamentos: 01) Minutas aprovadas. Providenciar o envio dos ofícios ao Presidente  
382 do CRP/PR e ao CEAS/PR; 02) A Secretaria-Executiva deve elaborar orientação nos moldes do  
383 ofício ao CEAS/PR para encaminhar a todos os conselhos estaduais e estes replicarem aos CMAS.  
384 Item 2. Ofício nº 1049/2020/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH, recebido no dia 11 de agosto no *e-*  
385 *mail* do CNAS. Encaminhamento: Encaminhar para a Comissão de Política com vistas a colaborar  
386 na elaboração do documento respondendo ao questionário conforme orientações do ofício da  
387 SNDCA. Item 3. Ofício Dirieg nº 1.727/20, pelo qual encaminha cópia da Indicação nº 80/20, de  
388 autoria do vereador Pedro Patrus – Câmara Municipal de Belo Horizonte. Encaminhamentos: 01)  
389 Encaminhar o assunto para discussão na Comissão de Acompanhamento de Benefícios e  
390 Transferência de Renda (18/08/2020) e na Mesa Diretora – Comitê COVID-19 – reunião a ser  
391 agendada; 02) Enviar o ofício para a SECAD/SE/MC. Item 4. Composição da Comissão de  
392 Consolidação e Avaliação Final das Ações de Implementação das Deliberações da 11ª Conferência  
393 Nacional de Assistência Social e do Grupo de Trabalho para Consolidação de Proposta de  
394 Aprimoramento do Programa Primeira Infância no SUAS. Item 5. Convites: 5.1. Ofício nº  
395 27/2020/SEDS/DGSUAS/MC – Indicação de nomes para Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do  
396 SUAS. Encaminhamento: Comunicar à SNAS que os segmentos dos trabalhadores estão  
397 aguardando parecer do Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS para indicar os seus  
398 representantes (Conselheira Maria Godoi apresentará sugestão para compor resposta a SNAS); 5.2.

399 Ofício nº 982/2020, por meio do qual o Ministério da Saúde solicita indicação de um representante  
400 titular e respectivo suplente para compor, como convidados, o Comitê Gestor da Política Nacional  
401 de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, instituído pelo art. 4º do Decreto nº 10.225, de 5 de  
402 fevereiro de 2020. Encaminhamento: Indicação do Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro  
403 como titular e da Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima como suplente. Item 6. Informes:  
404 6.1. Resposta da Sefora Alice Rola do Carmo – Assistente Social do MP-AP referente ao *e-mail*  
405 informando sobre a situação de manutenção do *site* e indicando o *blog* do CNAS como referência  
406 nesse momento. Item 7. Informes e encaminhamentos das Comissões para deliberação da Mesa  
407 Diretora: 7.1. Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social: Reunião  
408 Conjunta com CN sobre a Resolução CNAS nº 237/2006 e Acórdão TCU transferida para outubro;  
409 7.2. Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Enviar, até dia 18/08, a  
410 apresentação da SPOG e da planilha atualizada dos cortes orçamentários, visando subsidiar o debate  
411 do ponto de pauta “Encaminhamentos sobre a Recomposição do Orçamento 2020”, para todos os  
412 conselheiros; Convidar FNAS-MC e DGSUAS/SNAS-MC para esclarecimentos e contribuições  
413 sobre a regulamentação da Lei nº 14.029/2020, durante o relato da Comissão de Financiamento e  
414 Orçamento, na plenária no dia 20/08/2020; 7.3. Reunião Conjunta da Comissão de  
415 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social e da Comissão de Financiamento e  
416 Orçamento da Assistência Social: Sugerir a inclusão do debate sobre as informações trazidas pela  
417 SENARC-MC, no que se refere ao monitoramento do IGD Bolsa Família, a ser executado pelos  
418 CEAS e CMAS, nas reuniões trimestrais, por meio da Mesa Diretora e nas Regionais, por meio da  
419 CAC; 7.4. Comissão de Normas da Assistência Social: Incluir na pauta de setembro a discussão da  
420 criação dos subcolegiados do CNAS; 7.5. Comissão de Políticas da Assistência Social: Solicitar que  
421 o CNAS recrie o mais rápido possível os subcolegiados que tem seu prazo em setembro/2020, de  
422 forma a não ter descontinuidade nos trabalhos das comissões; Haverá continuidade do Comitê  
423 COVID-19 no âmbito da Mesa Diretora? A Comissão de Política tem propostas de ações  
424 relacionadas à pandemia, mas necessita saber o lócus para apresentação das mesmas; Definição de  
425 estratégia de apresentação no pleno do CNAS do resultado do Censo SUAS, considerando a não  
426 realização do seminário anual (Sugestão para incluir na pauta de setembro/outubro). Item 8. Pauta  
427 da 289ª Reunião Ordinária do CNAS: Dia 08/09/2020: 9h30 às 16h00 - Reunião de Comissões:  
428 Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social; Reunião da  
429 Comissão de Normas da Assistência Social; Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento

430 da Assistência Social; Reunião da Comissão de Política da Assistência Social; 16h00 às 18h00 –  
431 Reunião da Mesa Diretora. Dia 09/09/2020: 9h30 às 12h00 - Reunião da Comissão de Consolidação  
432 e Avaliação Final das Ações de Implementação das Deliberações da 11ª Conferência Nacional de  
433 Assistência Social; 13h00 às 16h00 – Reunião do GT para Consolidação de Proposta de  
434 Aprimoramento do Programa Primeira Infância do SUAS. Dia 10/09/2020: 9h30 às 10h00 –  
435 Aprovação da Ata da 288ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta da 289ª Reunião Ordinária do  
436 CNAS; 10h00 às 11h00 – Informes da Presidência/Secretaria-Executiva, MC, FONSEAS,  
437 CONGEMAS, CIT e Conselheiros; 11h00 às 12h30 – Relato da Reunião da Comissão de  
438 Consolidação e Avaliação Final das Ações de Implementação das Deliberações da 11ª Conferência  
439 Nacional de Assistência Social; 14h00 às 18h00 – Apresentação dos Relatórios Finais das  
440 Atividades dos Subcolegiados. Dia 11/09/2020: 9h30 às 10h30 – Relato da Mesa Diretora; 10h30 às  
441 11h30: Relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social;  
442 11h30 às 12h30 – Relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da  
443 Assistência Social; 14h00 às 16h30 - Relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência  
444 Social; 16h30 às 17h30 - Relato da Reunião da Comissão de Política da Assistência Social. A  
445 Conselheira Vanda Anselmo Braga dos Santos discorreu que houve uma manifestação, na reunião  
446 extraordinária do CNAS, pela manutenção do CONGEMAS na coordenação da Comissão de  
447 Consolidação e Avaliação Final das Ações de Implementação das Deliberações da 11ª Conferência  
448 Nacional de Assistência Social, porém, foram surpreendidos com a alteração da coordenação,  
449 externando a sua insatisfação. O Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro compreendeu que  
450 extremamente relevante à manutenção do CONGEMAS na Mesa Diretora por uma questão de  
451 representatividade e o Conselheiro André Rodrigues Veras esclareceu que essa definição foi uma  
452 escolha dos representantes da bancada governamental. A Vice-Presidente Aldenora Gomes  
453 González registrou que considera uma perda para esse Colegiado quando não é garantida a  
454 representação dos três entes federados na Mesa Diretora. O Conselheiro Marco Antonio da Silva  
455 Cruzeiro postulou que o segmento dos trabalhadores discutiu sobre a representação da Mesa  
456 Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS, destacando que ficou claro que seria apresentada uma  
457 posição de consenso. Arrazouo que o formato e o escopo da Mesa Nacional deixam muito a desejar  
458 em relação aos anseios da classe trabalhadora, informando que será apresentada uma proposta  
459 alternativa conciliadora dos interesses. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva afirmou que a Mesa  
460 Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS é fundamental, mas ouvindo os trabalhadores e entendeu

461 que o encaminhamento correto seria encaminhar o posicionamento do Fórum Nacional dos  
462 Trabalhadores à SNAS, o que foi aprovado. A Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho  
463 Filgueiras observou que não foi registrado nos informes o Ofício CEAS/Sergipe nº 55/2020,  
464 convidando a Vice-Presidente para ministrar as palestras na 4ª Reunião Ampliada do  
465 CEAS/Sergipe, realizando a sua leitura. O Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira orientou que  
466 os convites e os documentos encaminhados ao CNAS sejam enviados através do *e-mail* da  
467 Secretaria-Executiva. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião Extraordinária  
468 Virtual da Mesa Diretora do CNAS foi aprovada por unanimidade. Seguindo para o relato da  
469 Reunião Virtual da Mesa Diretora do CNAS realizada no dia 17 de agosto de 2020, a Sra. Maria das  
470 Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras elencou os participantes e membros da Secretaria-Executiva  
471 presentes e arrazou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Escolha de data para  
472 reunião Extraordinária do CNAS para debater sobre minutas de resoluções. Encaminhamento:  
473 Deixar marcado para o dia 14 de agosto a Reunião Extraordinária da CNAS (data limite a  
474 confirmar) caso já tenha ocorrido a assinatura do Termo Aditivo do Contrato nº 32/2019. Assim que  
475 ocorrer esta assinatura, a Mesa Diretora será comunicada e verificará a possibilidade de marcar a  
476 reunião antes do dia 14. Item 2. Procedimentos para apreciação das memórias na plenária do CNAS.  
477 Encaminhamentos: 01) Enviar as memórias dos subcolegiados com antecedência para leitura dos  
478 conselheiros; 02) Fazer leitura, na plenária, do resumo da memória; 03) Levar apenas os  
479 encaminhamentos da memória dos subcolegiados à plenária; 04) Acrescentar os encaminhamentos  
480 do pleno; 05) A Mesa Diretora apresentará um instrumental para padronização de resumo das  
481 memórias dos subcolegiados. Item 3. Ofício DIR/0932-20 do Conselho Regional de Psicologia do  
482 Paraná. Encaminhamento: Este item deverá ser apreciado na próxima reunião da Mesa Diretora (de  
483 agosto). Item 4. Atividade *online* referente aos 30 anos do ECA Estatuto da Criança e do  
484 Adolescente. Encaminhamento: A Mesa Diretora acatou a solicitação. Item 5. Definição de  
485 convidados para temas pautados na 288ª Reunião Ordinária do CNAS. Encaminhamento: Convidar  
486 o Sr. Fernando Pigatto, Presidente do Conselho Nacional de Saúde e a Sra. Mariana de Souza  
487 Machado Neris, Secretaria Nacional de Assistência Social. Item 6. Incluir na próxima pauta da  
488 Mesa: A Vice-Presidente propõe que no próximo pleno seja apresentada uma manifestação do  
489 CNAS a ser encaminhada à Câmara dos Deputados – Comissão de Seguridade Social/Assistência  
490 Social solicitando apoio para: Projeto de Lei para regulamentar as Comissões Permanentes e  
491 reuniões presenciais do CNAS. A Vice-Presidente Aldenora Gomes González postulou que gostaria

492 de sugerir outro encaminhamento tendo em vista que existe o Projeto de Lei nº 4012/2020 que  
493 realiza a defesa das comissões permanentes, sugerindo que seja elaborada uma manifestação de  
494 apoio a esse projeto. O Conselheiro André Rodrigues Veras entendeu que a elaboração da  
495 manifestação é válida, entretanto, sugeriu que esse projeto seja avaliado na Comissão de Normas  
496 em outubro antes desse encaminhamento. Feitas todas as manifestações, foi aprovada a inclusão dos  
497 seguintes encaminhamentos: 01) Que na próxima plenária (setembro) o autor do PL 4012/2020 seja  
498 convidado para apresentá-lo. A avaliação do PL também será feita no âmbito das Comissões; 02) A  
499 Secretaria-Executiva apresentará as propostas de leis em tramitação no Congresso Nacional que  
500 trata sobre o CNAS e a situação atual da tramitação de cada PL. Todas as comissões tratarão sobre  
501 o PL em outubro. Havendo dificuldade de acesso pelo Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira, a  
502 Vice-Presidente Aldenora Gomes González passou a coordenação da reunião informando que existe  
503 uma solicitação do Presidente para realização da leitura do convite do CONGEMAS para o Ato em  
504 Defesa do SUAS. Realizada a leitura, a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueiras  
505 explicou que o Presidente está propondo que a Vice-Presidente conduza a reunião a partir das  
506 17h00 para que faça a participação no Ato em Defesa do SUAS, o que foi aprovado. Seguindo para  
507 o relato da Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social realizada no dia 17 de agosto de  
508 2020, o Conselheiro André Rodrigues Veras elencou os conselheiros, convidados e membros da  
509 Secretaria-Executiva presentes e discorreu que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
510 Apresentação do DRSP do 2º Relatório Trimestral de 2020 com Informações sobre os Processos de  
511 Certificação das Entidades de Assistência Social. (Art. 1º da Resolução do CNAS 18/2011).  
512 Encaminhamentos: 01) Envio do material da apresentação à Coordenação de Normas para envio aos  
513 conselheiros da Comissão; 02) A Comissão de Normas realizará a avaliação e debate sobre as  
514 medidas para implementar o preenchimento no CNEAS pelas entidades, de suas informações,  
515 diretamente na *internet*, antes de levar para o pleno; 03) O DRSP posteriormente apresentará dados  
516 sobre a porcentagem de processos de supervisão de entidades que tiveram a inscrição cancelada nos  
517 conselhos (possivelmente na próxima reunião). Item 2. Elaboração e Aprovação do Plano de Ação  
518 2020/2022 a partir da análise do Plano de Ação 2018/2020. Encaminhamentos: 01) A Secretaria-  
519 Executiva atualizará e compartilhará os resultados e status atual de cada ação do Plano; 02) Após a  
520 atualização, será encaminhada primeira versão do Plano de Ação aos conselheiros para análise das  
521 deliberações e prazos estipulados para ser discutido e finalizado na próxima reunião. (Manifestação  
522 e colaboração dos conselheiros até dia 31/08); 03) Encaminhar aos conselheiros a minuta de revisão

523 da Resolução CNAS nº 237/2006. Item 3. Definição da pauta de setembro/2020: Análise da  
524 recriação de Subcolegiados; Finalização do Plano de Ação; Reunião Conjunta entre a CN e a CAC  
525 para revisão da Resolução CNAS nº 237/2006. A Conselheira Vânia Maria Machado compreendeu  
526 que seria realizada a análise das minutas de recriação dos subcolegiados e não a recriação dos  
527 subcolegiados e a Sra. Maria das Mercês Avelino de Carvalho Filgueira sugeriu incluir na pauta de  
528 todas as comissões a elaboração do seu relatório final. O Conselheiro Clovis Alberto Pereira  
529 solicitou esclarecimentos sobre o acesso às gravações das reuniões das comissões e o Conselheiro  
530 André Rodrigues Veras explicou que os áudios das reuniões não são disponibilizados para os  
531 conselheiros de uma forma geral e é utilizado como suporte pela equipe técnica da Secretaria-  
532 Executiva quando necessário. Não havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da  
533 Comissão de Normas da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Iniciando o relato da  
534 Reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda realizada no  
535 dia 18 de agosto de 2020, a Conselheira Irene Rodrigues da Silva elencou os conselheiros e  
536 membros da Secretaria-Executiva presentes e arrazoou que foram debatidos os seguintes itens de  
537 pauta: Item 1. Escolha do/a Coordenador/a e Coordenador/a-Adjunto/a. Encaminhamento: O nome  
538 da Conselheira Irene Rodrigues da Silva foi referendado pelos membros como Coordenadora e o  
539 Conselheiro Clovis Alberto Pereira indicou e foi aceito pela unanimidade da Comissão a  
540 Conselheira Edna Aparecida Alegro como Coordenadora-Adjunta. Item 2. Atualização das  
541 Informações sobre o Auxílio Emergencial – AE aos beneficiários do Programa Bolsa Família –  
542 PBF. Encaminhamentos: 01) Socializar a apresentação da SENARC aos conselheiros do CNAS; 02)  
543 Proposta de que o CNAS se posicione em relação à necessidade da continuidade do Auxílio  
544 Emergencial enquanto persistir a pandemia. Item 3. Diretrizes do novo Programa Renda Brasil.  
545 Encaminhamento: Este tema será pautado em momento oportuno. Item 4. Construção do Plano de  
546 Ação da Comissão – Gestão 2020/2022. Encaminhamento: A Secretaria-Executiva fará ajustes no  
547 Plano de Ação, criando uma nova meta de divulgação e orientação aos conselhos de assistência  
548 social em relação aos benefícios e transferência de renda. Item 5. Outros Assuntos: Recebimento  
549 pelo CNAS do Ofício Dirieg nº 1.727/20, com a Indicação nº 80/20 dirigida aos membros do  
550 CNAS, de autoria do Vereador Pedro Patrus, Câmara Municipal de Belo Horizonte, de defesa e  
551 sugestão de que o Auxílio Emergencial – AE seja estendido até o final deste ano.  
552 Encaminhamentos: 01) Propor para apreciação do pleno uma Nota Pública de Apoio à prorrogação  
553 do Auxílio Emergencial, que, após aprovada, será encaminhada ao Ministério da Cidadania,

554 Ministério da Economia, Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente da República;  
555 02) Responder ao ofício do Vereador que a Indicação nº 80/20 foi discutida na reunião desta  
556 Comissão e encaminhar cópia da referida Nota Pública. Item 6. Definição da pauta da Comissão –  
557 outubro/2020: Balanço do Auxílio Emergencial – AE (CAD e EXTRACAD, com exceção do PBF);  
558 Informe sobre a atualização dos dados do Auxílio Emergencial do público BPF; Informe sobre a  
559 antecipação do Benefício de Prestação Continuada – BPC; Conclusão do Plano de Ação. Realizada  
560 a leitura da Nota Pública de Apoio à prorrogação do Auxílio Emergencial, foram realizadas  
561 algumas adequações redacionais e o Presidente Miguel Ângelo Gomes Oliveira colocou em  
562 votação, sendo aprovada por unanimidade. A Conselheira Irene Rodrigues da Silva informou que a  
563 Sra. Maria Auxiliadora Pereira encaminhou como sugestão que o relatório final e a apreciação da  
564 minuta de recriação da Comissão seja realizada por *e-mail* para encaminhar a Secretaria-Executiva  
565 até o dia 4 de setembro de 2020, colocando a sugestão para apreciação. Aprovada a sugestão e não  
566 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento de  
567 Benefícios e Transferência de Renda foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo para o relato da  
568 Reunião da Comissão de Política da Assistência Social realizada no dia 17 agosto de 2020, a  
569 Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elencou os conselheiros e membros da Secretaria-  
570 Executiva presentes e explanou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Informes  
571 SNAS/MC – Relação do SUAS com o Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos: estágio dos  
572 acordo de cooperação técnica. Encaminhamentos: 01) Socializar a apresentação aos conselheiros do  
573 CNAS; 02) Dar continuidade à apresentação pela SNAS/MC no âmbito da Comissão de Política, de  
574 informes periódicos sobre o desenvolvimento dos Acordos de Cooperação Técnica – ACTs e do  
575 Pacto pela Escuta Protegida; 03) Realizar reunião ampliada sobre a Interface do SUAS com o  
576 Sistema de Justiça, tendo como convidados a SNAS, CONGEMAS, FONSEAS, CNM, CNJ, DPU,  
577 CFESS e CFP, com objetivo de aprofundar/sensibilizar sobre a necessidade de definição de  
578 parâmetros gerais e fluxos nacionais de relação do SUAS com o Sistema de Justiça. Item 2.  
579 Construção do Plano de Ação da Comissão de Política – Gestão 2020/2022. Encaminhamentos: 01)  
580 A Comissão dará continuidade à construção do Plano de Ação na próxima reunião; 02)  
581 Considerando o volume e a relevância das ações da Comissão de Política no acompanhamento do  
582 SUAS, a Comissão solicita à Mesa Diretora a recriação, o mais rápido possível, dos subcolegiados  
583 que têm seu prazo até setembro/2020, de forma a não ter descontinuidade nos trabalhos das  
584 comissões; 03) Consultar à Mesa Diretora se haverá continuidade do Comitê COVID-19. A

585 Comissão de Política tem propostas de ações relacionadas à pandemia, mas necessita saber o lócus  
586 para apresentação das mesmas; 04) Levar à consideração da Mesa Diretora a definição de estratégia  
587 de apresentação no pleno do CNAS do resultado do Censo SUAS, considerando a não realização do  
588 Seminário Nacional de Vigilância Socioassistencial; 04) Na perspectiva da definição de prazos para  
589 as ações do Plano, a Comissão propõe: consultar a CIT sobre o estágio de discussão dos pactos de  
590 aprimoramento de gestão do SUAS de âmbito municipal, do DF e estadual; consultar à SNAS sobre  
591 o estágio de integração dos sistemas CADSUAS e CNEAS, de forma a viabilizar a Comissão de  
592 Política a promover o debate sobre o reconhecimento das entidades e organizações integrantes da  
593 rede socioassistencial, por meio do “Vínculo SUAS”, em conjunto com a Comissão de Normas;  
594 consultar à SNAS sobre o estágio de construção do Índice de Desenvolvimento do SUAS – ID  
595 SUAS, conforme estabelecido pelo art. 28 da NOBSUAS/20212. Item 3. Definição da pauta da  
596 Comissão de setembro, outubro e novembro/2020: Setembro: Balanço do Pacto de Aprimoramento  
597 do SUAS – Gestão Municipal – 2014/2017; Continuidade da construção do Plano de Ação;  
598 Discussão da programação e metodologia da reunião sobre a interface do SUAS com o Sistema de  
599 Justiça. Outubro: Balanço Parcial do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual e do DF  
600 – 2016/2019. Novembro: Reunião sobre a interface do SUAS com o Sistema de Justiça. O  
601 Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro compreendeu que será necessário priorizar alguns  
602 temas na reunião de setembro, sugerindo que a elaboração do relatório final e da minuta de  
603 recriação seja realizada por *e-mail*. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima solicitou a  
604 inclusão do CNMP como convidado para a reunião ampliada sobre a Interface do SUAS com o  
605 Sistema de Justiça e a Conselheira Aldenora Gomes González solicitou que seja garantida a  
606 participação do CONGEMAS no Comitê COVID-19. Finalizadas as manifestações, o relato da  
607 Reunião da Comissão de Política da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Passando  
608 para o relato da Reunião Conjunta das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos e de  
609 Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 17 de agosto de 2020, a  
610 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria elencou os conselheiros e membros da  
611 Secretaria-Executiva presentes e postulou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1.  
612 Informes. Item 2. Debate com a SNAS e SENARC, sobre assuntos relacionados aos recursos do  
613 IGD Bolsa Família e a Meta 6 do Plano de Ação da Comissão de Acompanhamentos aos Conselhos  
614 de Assistência Social. Encaminhamentos: 01) Solicitar à SENARC o encaminhamento do material  
615 apresentado para ser disponibilizado aos conselheiros; 02) Sugerir à Mesa Diretora do CNAS a

616 inclusão do debate sobre as informações trazidas pela equipe da SENARC, no que se refere ao  
617 monitoramento do IGD Bolsa Família, a ser executado pelos CEAS e CMAS, nas reuniões  
618 trimestrais, por meio da Mesa Diretora e as regionais, por meio da CAC; 03) Sugerir a participação  
619 da SENARC nas reuniões trimestrais e regionais para tratar a respeito do monitoramento do IGD  
620 Bolsa Família; 04) Cabe a CAC providenciar o resgate e a atualização dos cursos de capacitação a  
621 respeito do IGD Bolsa Família, a serem disponibilizados para os CEAS e os CMAS; 05) Promover  
622 o fortalecimento dos CEAS e CAS-DF e dos CMAS quanto à importância do controle social no  
623 processo de monitoramento do IGD Bolsa Família através de ações a serem discutidas nas próximas  
624 reunião da CAC. O Conselheiro Márcio Fernandes Maurício, Representante do Ministério da  
625 Cidadania, explicou que existem dois sistemas, um que colhe as frequências escolar e o Sistema  
626 Bolsa Família na Saúde. Feitas algumas alterações de acordo com as observações colocadas pela  
627 Conselheira Vitória Batista Silva e pelo Conselheiro Márcio Fernandes Maurício, o relato da  
628 Reunião Conjunta das Comissões de Acompanhamento aos Conselhos e de Financiamento e  
629 Orçamento da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Seguindo para o relato da Reunião  
630 da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social realizada no dia 17 de agosto de  
631 2020, o Conselheiro Carlos Nambu elencou os conselheiros, convidados e membros da Secretaria-  
632 Executiva presentes e relatou que foram debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Atualização  
633 do Manual de Emendas. Encaminhamentos: 01) Encaminhar o Manual de Emendas à SNAS e ao  
634 FNAS para atualização dos dados, pautar na reunião de setembro; 02) Solicitar à SPOG e SNAS  
635 esclarecimentos de quais caminhos seguir em relação à gestão para aprimoramento e fortalecimento  
636 da vigilância socioassistencial e educação permanente. Item 2. Lei nº 14.029, de 28 de julho de  
637 2020 que dispõe sobre a transposição e a reprogramação de saldos financeiros constantes dos  
638 fundos de assistência social dos estados, do DF e dos municípios, provenientes de repasses federais.  
639 Encaminhamento: Convidar o FNAS e a SNAS (DGSUAS) para esclarecimento e contribuições  
640 para regulamentação da Lei 14.029/2020 durante o relato da Comissão de Financiamento e  
641 Orçamento, no dia 20/08/2020. Item 3. Orçamento 2020. Encaminhamentos: 01) Encaminhar aos  
642 conselheiros da Comissão a apresentação da SPOG com rodapé no Cronograma de Créditos para  
643 melhor entendimento; 02) Encaminhar aos conselheiros da Comissão a planilha atualizada dos  
644 cortes, conforme Proposta Orçamentária do CNAS; 03) Convidar a SPOG para o debate da plenária  
645 no dia 19/08/2020, referente à recomposição do orçamento 2020; 04) Consultar na reunião da Mesa  
646 Diretora de 17/08/2020 quanto ao envio dos arquivos de apresentação da SPOG e da planilha

647 atualizada dos cortes a todos os conselheiros, visando subsidiar o plenário para o debate do ponto de  
648 pauta “Encaminhamentos sobre a Recomposição do Orçamento 2020”. Item 4. Monitoramento de  
649 execução das metas do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho –  
650 ACESSUAS Trabalho – 1º Semestre. Resolução CNAS nº 19, de 24 de novembro de 2017.  
651 Encaminhamentos: 01) Encaminhar a apresentação para todos os conselheiros; 02) Convidar a  
652 SNAS (Maria Carolina e Alexandro) para apresentação no pleno, na pauta do relato da Comissão de  
653 Financiamento. Item 5. Discussão do PPA. Em razão da reunião conjunta com a Comissão de  
654 Acompanhamento aos Conselhos, esse item será pautado na reunião de setembro. Item 6.  
655 Apreciação do Relatório da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, 1º  
656 Trimestre – Exercício 2020. Em razão da reunião conjunta com a Comissão de Acompanhamento  
657 aos Conselhos, esse item será pautado na reunião de setembro. Item 7. Apreciação do Plano de  
658 Ação da Comissão – Gestão 2020/2022. Em razão da reunião conjunta com a Comissão de  
659 Acompanhamento aos Conselhos, esse item será pautado na reunião de setembro. Item 8. Definição  
660 da pauta para o mês de setembro: Atualização do Manual de Emendas Parlamentares do CNAS;  
661 Relatório Final da Comissão de Financiamento e Orçamento, de acordo com a Resolução CNAS nº  
662 27/2019; Discussão do PPA; Apreciação do Relatório da Ação 8249 – Funcionamento dos  
663 Conselhos de Assistência Social, 3º Trimestre – Exercício 2020; Apreciação do Plano de Ação da  
664 Comissão – Gestão 2020/2022; Minuta de Nota em apoio a PLOA 2021. Discorreu que sugere a  
665 retida do segundo encaminhamento do Item 4, uma vez que existe a necessidade de fazer um debate  
666 sobre a contribuição do CNAS referente à regulamentação da Lei 14.029/2020, o que foi aprovado.  
667 Realizada a leitura da Lei 14.029/2020, o Conselheiro Marco Antonio da Silva Cruzeiro explanou  
668 que essa lei foi exaustivamente discutida na CIT e explanou que existem alguns pontos que ferem a  
669 LOA, elencando-os. Ponderou que não seria o momento adequado para o CNAS dá algum  
670 encaminhamento a essa questão, entendendo que seria necessário aguarda o posicionamento da CIT.  
671 A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima informou que o FONSEAS já encaminhou as suas  
672 sugestões na reunião da CIT e a Conselheira Karoline Aires Ferreira Vasconcelos salientou sobre a  
673 importância do envio de contribuições para a regulamentação da Lei nº 14.029/2020, afirmando que  
674 estão tentando compatibilizá-la com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Externadas todas  
675 as opiniões e realizados os esclarecimentos necessários, foram aprovados os seguintes  
676 encaminhamentos: 01) Que a plenária envie para o DGSUAS, por escrito coletando por *e-mail* as  
677 recomendação e observações quanto a Lei 14.029/2020, para fins de subsidiar a regulamentação, até

678 o dia 28/08; 02) Contribuições dos conselheiros por *e-mail* até o dia 26/08/2020, com devolutiva em  
679 27/08/2020 para ciência, e posteriormente envio ao DGSUAS dia 28/08/2020. Realizada a leitura da  
680 Nota referente ao Déficit Orçamentário da Política de Assistência Social e não havendo nenhuma  
681 contribuição, foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Carlos Nambu registrou que a nota será  
682 complementada com os dados solicitados pelo Sr. Adailton Leite. Não havendo mais nenhuma  
683 manifestação, o relato da Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência  
684 Social foi aprovado por unanimidade. Com a chegada dos convidados, a Vice-Presidente Aldenora  
685 Gomes González justificou que os demais relatos serão feitos posteriormente e passou ao relato dos  
686 órgãos da SNAS, Secretaria Nacional da Defesa Civil, o Ministério da Saúde e outros sobre as  
687 ações envolvendo o alerta de frio intenso e queda de temperaturas. O Coronel Alexandre Lucas,  
688 Secretário de Defesa Nacional de Defesa Civil, agradeceu a parceira do SUAS com a Defesa Civil  
689 no sentido de prevenir os danos decorrente da onda de frio intenso que atingirá regiões que nunca  
690 foram atingidas por essa situação e o Sr. Thiago Molina, Chefe da Divisão de Monitoramento do  
691 CENAD, apresentou a situação meteorológica existente no Brasil nesse momento, destacando que a  
692 massa polar entrará pelo país a partir de amanhã e terá o pico no sábado. O Coronel Alexandre  
693 Lucas explicou o conceito de defesa civil e postulou que mobilizaram os profissionais do SUAS  
694 para auxiliar a Defesa Civil Municipal a organizar uma resposta rápida, informando que já  
695 começaram a colher os resultados em todos os estados. A Sra. Mariana de Souza Machado Neris  
696 relatou que o Ministério da Cidadania buscou consolidar com a Defesa Civil uma resposta rápida  
697 para o enfrentamento do frio intenso, salientando que está sendo elaborada uma orientação  
698 assegurando o gestor a realizar o gasto, uma vez que esse frio pode agravar a situação de saúde e  
699 reduzir as condições de enfrentamento ao Coronavírus. Não havendo nenhuma consideração, a  
700 Vice-Presidente Aldenora Gomes González agradeceu pela presença dos convidados e a Sra.  
701 Mariana de Souza Machado Neris registrou o seu agradecimento às organizações do SUAS pelo  
702 belo trabalho realizado nos territórios de recolhimento de agasalhos e cobertores. Seguindo para o  
703 relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social realizada  
704 no dia 17 de agosto de 2020, a Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria elencou os  
705 conselheiros, convidados e membros da Secretaria-Executiva presentes e discorreu que foram  
706 debatidos os seguintes itens de pauta: Item 1. Informes. Item 2. Apresentação da SNAS/DGUAS  
707 referente ao Relatório de Paridade. Encaminhamento: Validação das regras e conceitos do painel de  
708 monitoramento, com uma linguagem mais simples na divulgação e encaminhamento aos CAS por

709 parte da CAC e coordenação do DGSUAS. Item 3. Discussão sobre a questão da Paridade CAS.  
710 Encaminhamento: Solicitar ao DGSUAS e SAGI o encaminhamento das apresentações e dos  
711 relatórios produzidos a partir dos dois levantamentos efetuados e das Portarias MC nº 109/2020 e nº  
712 337/2020, para serem disponibilizados aos conselheiros. Item 4. Revisão do Plano de Ação da  
713 Comissão para inserção de uma nova meta que trata da proporcionalidade nos CMAS.  
714 Encaminhamentos: 01) Formular questionamento junto com o Departamento da Vigilância  
715 Socioassistencial em relação à adequação da Lei do SUAS após a verificação da apresentação do  
716 DGSUAS; 02) Solicitar aos CEAS, CAS-DF e CMAS informações sobre a adequação da Lei do  
717 SUAS de acordo com as especificações locais; 03) A CAC irá reforçar, juntos aos CEAS, CAS-DF  
718 e CMAS, a necessidade de preenchimento dos dados atualizado no CADSUAS e CENSO/SUAS.  
719 Item 5. Definição da pauta de setembro/2020: Discussão sobre a importância da paridade e  
720 proporcionalidade nas três esferas de conselhos, após análise dos relatórios do DGSUAS e SAGI  
721 por parte dos conselheiros da CAC; Reunião Conjunta CAC/Normas para discussão da Resolução  
722 CNAS nº 237/2006 e do Acórdão TCU 2401/2017; Discussão sobre a metodologia para as reuniões  
723 regionais. Observou que é necessário incluir a elaboração da minuta de resolução para recriação dos  
724 subcolegiados na pauta de setembro. O Conselheiro Marcos Maia Antunes informou que o Sr.  
725 Becchara Miranda está indicando que a paridade não é constatada apenas pelos conselheiros titulares e  
726 a Vice-Presidente Aldenora Gomes González entendeu que seria interessante que o Coordenador-  
727 Geral de Gestão Descentralizada e Participação Social realizasse essa explicação e informou que  
728 terá que se ausentar da reunião para participar de uma videoconferência, indicando a Conselheira  
729 Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria para continuar a condução dessa reunião. O Sr.  
730 Becchara Miranda, Coordenador-Geral de Gestão Descentralizada e Participação Social - CGDEPS,  
731 explicou que estão trabalhando em um levantamento da paridade com base nas normativas dos  
732 conselhos de assistência social e não necessariamente de conselheiros titulares ou suplentes. Não  
733 havendo mais nenhum comentário, o relato da Reunião da Comissão de Acompanhamento aos  
734 Conselhos da Assistência Social foi aprovado por unanimidade. Passando para a Nota Pública de  
735 Apoio do CNAS à Manifestação Conjunta do CONANDA, da Comissão de Defesa dos Direitos da  
736 Criança e do Adolescente, da Comissão Nacional da Mulher Advogadas da OAB Nacional e do  
737 Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Nacionais de Conselheiros Tutelares – FCNCT sobre a  
738 garantia de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, realizou-se a sua leitura e  
739 a Conselheira Edna Aparecida Alegro informou que foram realizadas algumas correções na

740 manifestação na reunião realizada hoje pelo CONANDA, ponderando que encaminhará a versão  
741 final para anexar à nota do CNAS. Não havendo mais nenhuma observação, a Conselheira Maria  
742 Aparecida do Amaral Godoi de Faria colocou a Nota Pública de Apoio do CNAS em votação, a  
743 qual foi aprovada por unanimidade. Seguindo, realizou a leitura da Nota CNAS Lei Complementar  
744 nº 173/2020 e não havendo nenhum destaque, foi aprovada por unanimidade.  
745 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhum item a ser apreciado, a Conselheira Maria  
746 Aparecida do Amaral Godoi de Faria agradeceu a presença de todos e encerrou a 288ª Reunião  
747 Ordinária do CNAS.

748

749

750

**Miguel Ângelo Gomes Oliveira**

751

**Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS**

752

753

754

755

756

757

758

Agosto de 2020